

FUNDAÇÃO  
ROMÃO  
DE SOUSA

RELATÓRIO E CONTAS 2012



## **1 - INTRODUÇÃO**

A Fundação Romão de Sousa foi instituída por escritura pública de 8 de Julho de 2009 e foi reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social e Pessoa Colectiva de Utilidade Pública por despacho de 30 de Junho de 2010 da Ministra da Saúde, tendo sido efectuado o registo oficioso por despacho da Subdirectora Geral da Segurança Social de 13 de Julho de 2010. Nos termos da Lei nº1/2012 de 3 de Janeiro a Fundação respondeu on-line e forneceu todos os elementos relativos ao censo/inquérito para avaliação das fundações de solidariedade social.

## **2 – OBJECTO SOCIAL**

Nos termos dos seus Estatutos, a Fundação Romão de Sousa "é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que tem por fim principal o apoio a pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico, procurando desenvolver a sua auto-suficiência, contribuir para que possam construir um projecto de vida autónoma e possam atingir a sua plena integração na sociedade.

Em ordem à prossecução do fim principal acima referenciado, a Fundação propõe-se realizar as seguintes actividades, sem intuito lucrativo:

a)- Constituir uma comunidade terapêutica e ocupacional de apoio a pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico e em particular de esquizofrenias, proporcionando residência temporária assistida, no âmbito do apoio acima referido;

b)- Prestar serviços vários aos residentes e seus familiares no âmbito da comunidade terapêutica, os quais serão gratuitos ou remunerados em regime de porcionismo, de acordo com a situação económico financeira dos respectivos beneficiários;

c)- Acessoriamente a Fundação procurará colaborar e estabelecer parcerias com entidades que realizem ou se proponham realizar actividades de natureza similar ou complementar às por si realizadas, designadamente com outras Instituições Particulares de Solidariedade Social, nomeadamente nos distritos de Évora e Portalegre e em particular no concelho de Estremoz."

## **3 – ACTIVIDADE**

Durante o ano a Fundação deu início às obras de adaptação e ampliação do seu edifício sede, para aí instalar uma Comunidade Terapêutica para pessoas com perturbações mentais graves.

O edifício existente foi ampliado com dois novos volumes adjacentes, para corresponder às necessidades previstas e à legislação aplicável. Ocupa agora uma área coberta total de 880 m<sup>2</sup>, incluindo um apartamento para o Director Clínico residente e dispendo de todas as infraestruturas técnicas indispensáveis ao conforto e às actividades de integração e de apoio psicossocial necessárias. A capacidade máxima anteriormente prevista foi agora reduzida para um máximo de 15 residentes, por reafecção de dois dos quartos a áreas comuns e/ou alojamento adicional para mais um psicólogo clínico residente.

As obras ficaram concluídas já no primeiro trimestre deste ano, aguardando-se ainda a construção do ramal de abastecimento eléctrico, e as vistorias camarária e de todas as entidades chamadas ao processo, nomeadamente a Autoridade Nacional de Protecção Civil, o Instituto de Segurança Social e o Ministério da Saúde.

VV  
S/S  
J

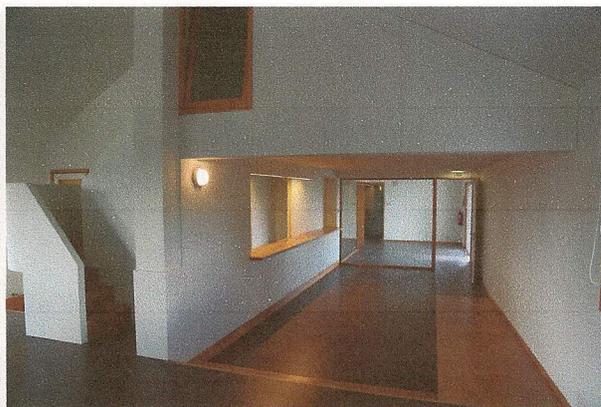
Vistas exteriores da Casa de Alba:



Vistas do interior das instalações:



17  
3/3/2



Já no início deste ano concluiu-se o processo de selecção dos primeiros membros da equipa técnica, cujos Currícula estão também disponíveis no site, tendo sido escolhidos:

- Como Director Clínico, o Dr. João Gonçalves Pereira, Psicólogo Clínico, que nos últimos nove anos desempenhou actividade profissional no Reino Unido, onde está a terminar o seu doutoramento, e que iniciou já as suas funções no início do mês de Março;

Handwritten signature or initials in the top right corner.

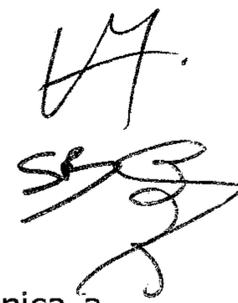
- E como Psicóloga Clínica residente a Dra. Leonor Ferreira Alves, Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde, com vasta e longa experiência em Terapias Comportamentais e Cognitivas para Perturbações do Adulto.

Igualmente de referir que também já no início deste ano:

- foi construído e colocado on-line o site da Fundação, já disponível em [www.fundacaords.org](http://www.fundacaords.org) e cuja página de abertura é a seguinte,



- se apoiou com um donativo o Projecto GIAPO da associação Encontrar+se [www.encontrarse.pt](http://www.encontrarse.pt)
- foram visitadas várias instituições semelhantes no Reino Unido, nomeadamente,
  - A CHT – Community Housing and Therapy, [www.cht.org.uk](http://www.cht.org.uk) e uma das suas quatro residências, a Dayton House, onde o Dr. João Pereira efectuou um estágio de uma semana;
  - A Arbours Association, [www.arboursassociation.org](http://www.arboursassociation.org) , e
  - O Cassel Hospital [www.wlmht.nhs.uk/cassel](http://www.wlmht.nhs.uk/cassel) , uma das mais antigas (fundada em 1919) e afamadas instituições britânicas, agora integrada no West London Mental Health NHS Trust.



- e prosseguem as visitas de informação e de apresentação do projecto e da equipa técnica a várias entidades do Sistema Nacional de Saúde Mental

A experiência recolhida e os contactos estabelecidos permitiram aperfeiçoar o n/ projecto terapêutico e vão conduzir à n/ participação no 1º Congresso da "International Network of Democratic Therapeutic Communities" [www.indtc.org](http://www.indtc.org), que se vai realizar em Roma em Novembro deste ano e na qual seremos oradores convidados <http://indtc.org/en/news>

Está agora em curso a elaboração de princípios base do funcionamento da Casa de Alba, nomeadamente:

- princípios e práticas da intervenção terapêutica;
- contrato para admissão de residente;
- plano de intervenção individual;
- e carta dos direitos e deveres dos residentes.

#### **4 – PATRIMÓNIO E SITUAÇÃO FINANCEIRA**

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas este ano pela primeira vez segundo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não-Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março, substituindo o anterior referencial contabilístico do Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social. Assim e para haver comparabilidade, as Contas de 2011 foram ajustadas conforme referido no Ponto 2. do Anexo a estas Demonstrações Financeiras.

A Fundação foi instituída com um património inicial de 2,3 milhões de euros, dos quais um milhão em numerário, um milhão em valores mobiliários não cotados e trezentos mil euros correspondentes ao prédio misto da sua sede, com uma área total de cerca de 6,7 hectares.

A parte em numerário que integrou o Fundo Social esteve aplicada desde a sua constituição em investimentos financeiros de muito baixo risco, mas obviamente foram estes fundos que foram sendo agora gradualmente utilizados para pagar o investimento nos activos fixos das instalações, que totalizaram durante o ano quase 666 mil euros e que estão contabilizados no fim do exercício como investimentos em curso.

Esses investimentos financeiros proporcionaram ainda durante o ano aumentos de justo valor de 66 mil euros, que conjugados com Outros Rendimentos e Ganhos de 58 mil euros e FSE's e Outros Gastos e Perdas de (12) mil euros, resultaram num EBITDA (Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos) de praticamente 112 mil euros.

O Resultado antes de Impostos foi também de 112 mil euros, que compara com um resultado (ajustado) em 2011 de 123 mil.

Não se registaram ainda vendas nem prestações de serviços.

No fim do ano o Fundo de Capital da Fundação totalizava 2.618,2 mil euros, que compara favoravelmente com os 2.506,2 mil euros (reajustados) relativos ao ano anterior.

## 5 – PLANO PARA 2013

Admite-se que seja possível realizar muito brevemente as vistorias às instalações e obter os licenciamentos necessários para as poder ocupar e começar a funcionar durante o segundo trimestre de 2013.

O Plano para este ano previu uma admissão faseada de residentes particulares e de pessoal técnico, ao ritmo de 2 por trimestre, de forma a que no fim do ano se atingisse uma população paritária de 6+6. Não estava prevista a celebração de protocolos para admissão de alguns residentes subsidiados, quer com a Segurança Social quer com o Ministério da Saúde, mas a Fundação irá reexaminar com essas entidades essa possibilidade, à luz dos actuais constrangimentos orçamentais.

A concretizar-se aquele primeiro cenário, a exploração de 2013 encerraria com proveitos em FSE's de 72 mil euros e um EBITDA negativo de praticamente o mesmo montante, e só no ano seguinte de 2014, já com 10 residentes, se prevê um EBITDA positivo de cerca de trinta mil euros.

Estremoz, 15 de Março de 2013

O Conselho de Administração

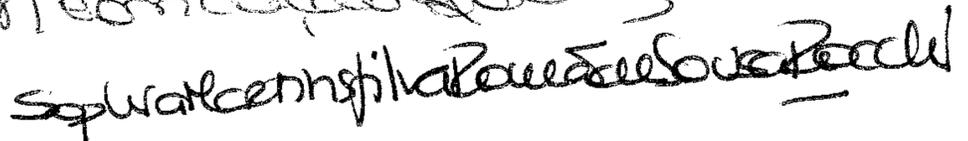


José Joaquim Romão de Sousa

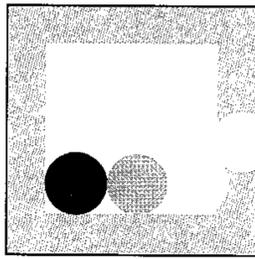
Maria da Conceição dos Santos Gomes



Sophia Martins Silva Romão de Sousa Rocchi



Handwritten signature or initials in the top right corner.



# FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2012



## Índice

Balanço.....	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais .....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Anexo .....	8
1. Identificação da Entidade .....	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	9
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	10
3.1. Bases de Apresentação.....	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	12
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	16
5. Activos Fixos Tangíveis.....	16
6. Informação sobre Pessoal e Órgãos Directivos .....	17
7. Divulgações exigidas por outros diplomas legais .....	17
8. Outras Informações .....	18
8.1. Investimentos Financeiros.....	18
8.2. Outras contas a receber .....	18
8.3. Outros Activos Financeiros .....	18
8.4. Caixa e Depósitos Bancários .....	19
8.5. Fundos Patrimoniais .....	19
8.6. Fornecedores.....	19
8.7. Estado e Outros Entes Públicos .....	19
8.8. Outras Contas a pagar .....	19
8.9. Fornecimentos e serviços externos .....	20
8.10. Aumentos/reduções de justo valor .....	20
8.11. Outros rendimentos e ganhos .....	20
8.12. Outros gastos e perdas .....	21
8.13. Acontecimentos após data de Balanço .....	23



Balanço

FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2012	31-12-2011
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	1.000.143,48	334.189,26
Investimentos financeiros	8.1	1.000.000,00	1.000.000,00
Subtotal		2.000.143,48	1.334.189,26
<b>Ativo corrente</b>			
Estado e outros Entes Públicos	8.7	67.335,40	0,00
Outras contas a receber	8.2	27.220,59	30.307,65
Diferimentos		0,00	0,00
Outros Ativos financeiros	8.3	304.500,00	294.372,55
Caixa e depósitos bancários	8.4	411.603,11	854.144,83
Subtotal		810.659,10	1.178.825,03
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.810.802,58</b>	<b>2.513.014,29</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	8.5	2.300.000,00	2.300.000,00
Resultados transitados	8.5	190.248,32	67.219,51
Outras variações nos fundos patrimoniais	8.5	16.000,00	16.000,00
Resultado Líquido do período		111.976,60	123.028,81
<b>Total do fundo do capital</b>		<b>2.618.224,92</b>	<b>2.506.248,32</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	8.6	192.321,94	5.521,12
Estado e outros Entes Públicos	8.7	0,00	1.244,85
Outras contas a pagar	8.8	255,72	0,00
Outros passivos financeiros			
Subtotal		192.577,66	6.765,97
<b>Total do passivo</b>		<b>192.577,66</b>	<b>6.765,97</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>2.810.802,58</b>	<b>2.513.014,29</b>

Estremoz, 15 de Março 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

*Nuno José Mendes Lopes*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Willy*

*M. Conceição Gomes*

*Sq. da Alba, São Bento do Cortiço, Estremoz*



## Demonstração dos Resultados por Naturezas

## FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2012	2011
Fornecimentos e serviços externos	8.9	-6.382,45	-2.306,25
Aumentos/reduções de justo valor	8.10	66.000,00	27.480,74
Outros rendimentos e ganhos	8.11	58.233,87	97.972,49
Outros gastos e perdas	8.12	-5.874,82	-118,17
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>111.976,60</b>	<b>123.028,81</b>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>111.976,60</b>	<b>123.028,81</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>111.976,60</b>	<b>123.028,81</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>111.976,60</b>	<b>123.028,81</b>

Estremoz, 15 de Março 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



## Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2011

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2011	1	2.300.000,00		16.000,00					83.954,31	2.399.954,31		2.399.954,31
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					(16.734,80)					(16.734,80)		(16.734,80)
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					83.954,31				(83.954,31)	-		-
	2	-	-	-	67.219,51	-	-	-	(83.954,31)	(16.734,80)	-	(16.734,80)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								123.028,81	123.028,81		123.028,81
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								39.074,50	106.294,01	-	106.294,01
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5											
		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2011	6=1+2+3+5	2.300.000,00	-	16.000,00	67.219,51	-	-	-	123.028,81	2.506.248,32	-	2.506.248,32

Estremoz, 15 de Março 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA

Casa de Alba, São Bento do Cortiço, Estremoz

NIF: 509 424 309



FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2012

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	6 8.5	2.300.000,00	-	16.000,00	67.219,51	-	-	-	123.028,81	2.506.248,32	-	2.506.248,32
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	-	123.028,81	-	-	-	(123.028,81)	-	-	-
		-	-	-	123.028,81	-	-	-	(123.028,81)	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								111.976,60	111.976,60		111.976,60
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								(11.052,21)	111.976,60	-	111.976,60
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2012	6+7+8+10 8.5	2.300.000,00	-	16.000,00	190.248,32	-	-	-	(11.052,21)	2.618.224,92	-	2.618.224,92

Estremoz, 15 de Março 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

*N. Winkler*

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*M. J. P.*  
*M. Conceição Sousa*  
*Sopranista do Instituto de Estudos de Arte e Cultura Romão de Sousa*



## Demonstração dos Fluxos de Caixa

## FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2012	2011
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</b>			
Pagamento a fornecedores		(4.858,75)	(3.035,92)
Caixa gerada pelas operações		(4.858,75)	(3.035,92)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(3.665,45)	(4.323,44)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(8.524,20)	(7.359,36)
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(545.555,82)	(23.192,10)
Outros Ativos		(50.000,00)	(1.610.000,00)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Outros Ativos		105.872,55	2.410.000,00
Juros e rendimentos similares		55.665,75	67.339,58
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(434.017,52)	844.147,48
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(442.541,72)	836.788,12
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		854.144,83	17.356,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8.3/8.4	<b>411.603,11</b>	<b>854.144,83</b>

Estremoz, 15 de Março 2013

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

A Fundação Romão de Sousa é uma instituição sem fins lucrativos, com sede na Casa de Alba, São Bento do Cortiço, Estremoz.

Foi instituída por escritura pública de 8 de Julho de 2009 e foi reconhecida como Instituição Privada de Solidariedade Social e Pessoa Colectiva de Utilidade Pública por despacho de 30 de Junho de 2010 da Ministra da Saúde, tendo sido efectuado o registo oficioso por despacho da Subdirectora Geral da Segurança Social de 13 de Julho de 2010.

Tem por fim principal o apoio a pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico, procurando desenvolver a sua auto-suficiência, contribuir para que possam construir um projecto de vida autónoma e possam atingir a sua plena integração na sociedade.

Em ordem à prossecução do fim principal acima referenciado, a Fundação propõe-se realizar as seguintes actividades, sem intuito lucrativo:

- Constituir uma comunidade terapêutica e ocupacional de apoio a pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico e em particular de esquizofrenias, proporcionando residência temporária assistida, no âmbito do apoio acima referido;
- Prestar serviços vários aos residentes e seus familiares no âmbito da comunidade terapêutica, os quais serão gratuitos ou remunerados em regime de porcionismo, de acordo com a situação económico financeira dos respectivos beneficiários;
- Acessoriamente a Fundação procurará colaborar e estabelecer parcerias com entidades que realizem ou se proponham realizar actividades de natureza similar ou complementar às por si realizadas, designadamente com outras Instituições Particulares de Solidariedade Social, nomeadamente nos distritos de Évora e Portalegre e em particular no concelho de Estremoz.



Handwritten signature and initials in the top right corner.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2012 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflecte a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adopção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adopção do novo referencial contabilístico à data da transição (1 de Janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
<b>Fundos Patrimoniais PCIPSS</b>	2.518.799,42
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	12.551,10
Outros Ajustamentos	-
Impostos Diferidos	-
Total Ajustamentos	12.551,10
<b>Fundos Patrimoniais SNC-ESNL</b>	<b>2.506.248,32</b>



Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

<b>Reconciliação do Resultado</b>	
<b>Resultado Líquido PCIPSS</b>	118.845,11
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	(4.183,70)
Outros Ajustamentos	-
Impostos Diferidos	-
Total Ajustamentos	(4.183,70)
<b>Resultado Líquido SNC-ESNL</b>	<b>123.028,81</b>

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

##### 3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os

Nu...  
M.  
S.  
J.



correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos activo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

Handwritten notes and signatures in the right margin, including the name "Romão de Sousa" and several illegible signatures.



NuSjir

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Activos Fixos Tangíveis

Os “*Activos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir actividades presentes e futuras adicionais.

Os activos são depreciados apenas quando estão disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.



NuJp  
M  
S  
J

### 3.2.2. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

De acordo com o MEP, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Os outros investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição deduzidos das perdas por imparidade.

### 3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com excepção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the name 'Núria' and several illegible signatures.

#### Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.4. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

#### **3.2.5. Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.



Handwritten signature

Handwritten signature

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director - geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da colecta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.



Nudy

#### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5. Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2011						
	Saldo em 01-Jan-2011	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2011
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	66.122,49	-	-	-	-	66.122,49
Edifícios e outras construções	233.877,51	-	-	-	-	233.877,51
<b>Total</b>	<b>300.000,00</b>	-	-	-	-	<b>300.000,00</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-

31 de Dezembro de 2012						
	Saldo em 01-Jan-2012	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2012
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	66.122,49	-	-	-	-	66.122,49
Edifícios e outras construções	233.877,51	-	-	-	-	233.877,51
<b>Total</b>	<b>300.000,00</b>	-	-	-	-	<b>300.000,00</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-	-	-



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the letters 'SB' and a signature.

### Investimentos em Curso

No que concerne aos “Investimentos em Curso” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2011 e 2012, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2011						
	Saldo em 01-Jan-2011	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2011
<b>Custo</b>						
<b>Ativos fixos tangíveis</b>						
Outros Ativos fixos tangíveis	-	34.189,26	-	-	-	34.189,26
<b>Total</b>	-	34.189,26	-	-	-	34.189,26

31 de Dezembro de 2012						
	Saldo em 01-Jan-2012	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2012
<b>Custo</b>						
<b>Ativos fixos tangíveis</b>						
Outros Ativos fixos tangíveis	34.189,26	665.954,22	-	-	-	700.143,48
<b>Total</b>	34.189,26	665.954,22	-	-	-	700.143,48

## 6. Informação sobre Pessoal e Órgãos Directivos

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2012 e 2011, foram, respectivamente 11 e 11. De um período para outro não se verificou a saída de nenhum membro dos órgãos sociais.

Os órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2012 foi de 0 e em 31/12/2011 foi também de 0.

## 7. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, o Conselho de Administração informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



Handwritten notes and signatures in the right margin, including the name 'N. J.' and a signature.

## 8. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 8.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2012 e 2011, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2012	2011
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>
Outros Métodos	1.000.000,00	1.000.000,00
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>	-	-
<b>Total</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>

### 8.2. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a seguinte decomposição:

Descrição	2012	2011
Fornecedores	447,98	-
Juros a receber	26.068,86	29.603,90
Outros Devedores	703,75	703,75
<b>Total</b>	<b>27.220,59</b>	<b>30.307,65</b>

### 8.3. Outros Activos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2012	2011
Obrigações e Títulos de Participação	304.500,00	238.500,00
Fundos de Investimento	-	55.872,55
<b>Total</b>	<b>304.500,00</b>	<b>294.372,55</b>



N.º 12  
14.  
SP  
J. J. J.

#### 8.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2012	2011
Depósitos à ordem	6.603,11	34.144,83
Depósitos a prazo	405.000,00	820.000,00
<b>Total</b>	<b>411.603,11</b>	<b>854.144,83</b>

#### 8.5. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2012	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2012
Fundos	2.300.000,00	-	-	2.300.000,00
Resultados transitados	67.219,51	123.028,81	-	190.248,32
Outras variações nos fundos patrimoniais	16.000,00	-	-	16.000,00
<b>Total</b>	<b>2.383.219,51</b>	<b>123.028,81</b>	<b>-</b>	<b>2.506.248,32</b>

#### 8.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Fornecedores c/c	192.321,94	5.521,12
<b>Total</b>	<b>192.321,94</b>	<b>5.521,12</b>

#### 8.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	878,28	-
IVA - Restituição às IPSS	66.457,12	-
<b>Total</b>	<b>67.335,40</b>	<b>-</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	-	1.244,85
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.244,85</b>



Handwritten notes and signatures: "Nuly", "M.", "SP" and a large signature.

### 8.8. Outras contas a pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" tinha, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a seguinte decomposição:

Descrição	2012		2011	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos	-	255,72	-	-
IMI a pagar	-	255,72	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>255,72</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

### 8.9. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, foi a seguinte:

Descrição	2012	2011
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	6.182,69	2.306,25
Materiais	57,30	-
Energia e fluidos	142,46	-
<b>Total</b>	<b>6.382,45</b>	<b>2.306,25</b>

### 8.10. Aumentos/Reduções de justo valor

O saldo desta rubrica é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Ganhos por aumentos de justo valor - Em instrumentos financeiros	66.000,00	27.480,74
<b>Total</b>	<b>66.000,00</b>	<b>27.480,74</b>

### 8.11. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	1.261,76	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	484,26	-
Outros rendimentos e ganhos	-	1.029,01
Juros obtidos	56.487,85	96.943,48
<b>Total</b>	<b>58.233,87</b>	<b>97.972,49</b>

**8.12. Outros gastos e perdas**

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Impostos - IMI	255,72	-
Correcções relativas a períodos anteriores	5.618,90	-
Outros Gastos e Perdas	0,20	118,17
<b>Total</b>	<b>5.874,82</b>	<b>118,17</b>

**8.13. Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2012.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Estremoz, 15 de Março de 2013

**O Técnico Oficial de Contas**

Nuno José Machado Sequeira

(TOC n.º 10651)

**O Conselho de Administração**

José Joaquim Romão de Sousa

Maria da Conceição dos Santos Gomes

Sophia Martins Silva Romão de Sousa Rocchi

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

---

### RELATÓRIO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e de acordo com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da **FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA**, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal exercitou as competências tendo, designadamente, acompanhado a gestão da fundação, a evolução da sua actividade e efectuado reuniões com a frequência e extensão que considerou adequada. Teve acesso às actas das reuniões do Conselho de Administração, bem como a toda a documentação que considerou necessária, nas circunstâncias, sempre obteve todas as informações e esclarecimentos solicitados, nomeadamente, para a devida compreensão e avaliação da evolução da actividade, do desempenho e da posição financeira da fundação, não tendo, no decurso destas e de outras diligências realizadas, tomado conhecimento de qualquer situação que viole as disposições legais e estatutárias.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda o processo de preparação e de divulgação de informação financeira, tendo considerado adequado o trabalho desenvolvido.

Ainda no âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal examinou o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 2.810.803 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.618.224,92 euros, incluindo um resultado líquido de 111.976,60 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente procedeu à apreciação do Relatório de Gestão do exercício findo em 31 e Dezembro de 2012 emitido pelo Conselho de Administração, que mereceu o seu acordo.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é da opinião que:

- a informação constante nas demonstrações financeiras em apreço, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira, dos resultados, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa da **FUNDAÇÃO ROMÃO DE SOUSA**;
- o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução da actividade, do desempenho e da posição financeira da mesma.

### PARECER

Em consequência do referido, o Conselho Fiscal entende encontrarem-se reunidas as condições para dar o seu parecer favorável ao Relatório de Gestão, Balanço, Demonstrações de resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa e ao correspondente Anexo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Estremoz, 15 de Março de 2013

O Conselho Fiscal

Abílio Mendes de Azevedo (Presidente)

Sandra de Sousa Pereira

Oscar Alçada da Quinta